



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.



RESULTADOS DO 3º TRIMESTRE DE 2021

3T21

Prezados acionistas,

A Administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (“Companhia” ou “EMAE”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021 (3T21).

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas neste Relatório em milhares de reais, com base em números consolidados e estão preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - ACUMULADO	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	11
NOTAS EXPLICATIVAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. REVENDEDORES	19
5. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA	19
6. OUTROS CRÉDITOS	21
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	22
8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS	24
9. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL	25
10. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO	26
11. INVESTIMENTOS	27
12. IMOBILIZADO	28
13. FINANCIAMENTO (CONSOLIDADO)	29
14. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS	29
15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS	32
16. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR	35
17. OUTRAS OBRIGAÇÕES - INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO	35
18. OBRIGAÇÃO - COMGÁS	36
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	36
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
21. RECEITA LÍQUIDA	40
22. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	43
23. RESULTADO FINANCEIRO	45
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	47
26. GERENCIAMENTO DE RISCOS	47
27. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO	57
28. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA	57
29. EVENTOS SUBSEQUENTES	58
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	59
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	62

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais - R\$.

		Controladora		Consolidado	
	Notas explicativas	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa.....	3	276.438	507.702	294.939	518.714
Revendedores.....	4	37.611	36.526	41.829	40.805
Ativo financeiro indenizável.....	9	26.882	14.848	26.882	14.848
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....		8.696	11.342	8.252	11.245
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....		636	1.420	636	1.420
Estoque.....		1.851	1.865	1.851	1.865
Despesas antecipadas.....		2.639	4.443	2.996	4.550
Arrendamento UTE Piratininga.....	5	133.686	112.714	133.686	112.714
Ativo financeiro - Sabesp.....	19.1	8.044	17.584	8.044	17.584
Cauções e depósitos vinculados.....	8	11.962	11.749	11.962	14.466
Outros créditos.....	6	4.695	8.083	4.695	3.616
		513.140	728.276	535.772	741.827
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Arrendamento UTE Piratininga.....	5	286.182	283.387	286.182	283.387
Ativo financeiro - Sabesp.....	19.1	87.398	77.677	87.398	77.677
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	7.2	60.565	48.052	60.565	48.052
Cauções e depósitos vinculados.....	8	31.971	25.329	31.971	25.329
Ativo financeiro indenizável.....	9	138.422	102.919	138.422	102.919
Ativo reversível da concessão.....	10	195.374	195.374	195.374	195.374
Investimentos.....	11	170.183	96.996	1.390	1.390
Imobilizado.....	12	79.071	78.683	226.306	227.463
Intangível.....		9.596	7.730	9.806	7.999
		1.058.762	916.147	1.037.414	969.590
TOTAL DO ATIVO.....		1.571.902	1.644.423	1.573.186	1.711.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais - R\$.

		Controladora		Consolidado	
	Notas explicativas	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores.....		10.231	4.192	11.350	4.656
Financiamento.....	13	-	-	-	66.361
Folha de pagamento.....		4.187	4.593	4.187	4.593
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....		13.862	15.982	13.862	15.982
Entidade de previdência a empregados.....	14	29.873	31.744	29.873	31.744
Tributos e contribuições sociais.....		6.542	5.562	6.700	5.718
Dividendos e juros sobre capital próprio.....		1.926	237.990	1.926	237.990
Obrigações Setoriais.....		2.440	4.477	2.447	4.490
Obrigações Especiais - RGR.....	16	1.801	1.801	1.801	1.801
Cauções e depósitos vinculados.....		11.501	11.288	11.501	11.288
Encargos de uso da rede elétrica.....		181	196	181	196
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	17	33.929	38.200	33.929	38.200
Obrigações COMGAS.....	18	502	481	502	481
Outros passivos.....		6.624	10.071	6.624	10.071
		123.599	366.577	124.883	433.571
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo					
Entidade de previdência a empregados.....	14	315.127	308.005	315.127	308.005
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	17	230.199	166.275	230.199	166.275
Obrigações COMGAS.....	18	10.049	9.993	10.049	9.993
Obrigações Setoriais.....		769	769	769	769
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	15	77.499	65.291	77.499	65.291
Obrigações Especiais - RGR.....	16	7.650	9.000	7.650	9.000
		641.293	559.333	641.293	559.333
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social.....		285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital.....		387.130	387.130	387.130	387.130
Outros resultados abrangentes.....		(186.123)	(186.123)	(186.123)	(186.123)
Reservas de lucros.....		218.095	218.095	218.095	218.095
Dividendo adicional proposto.....		-	14.000	-	14.000
Dividendo obrigatório (JCP).....		(16.771)	-	(16.771)	-
Lucros acumulados.....		119.268	-	119.268	-
		807.010	718.513	807.010	718.513
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		1.571.902	1.644.423	1.573.186	1.711.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Para os períodos findos em 30 de setembro.

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação.

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		3T21	3T20	3T21	3T20
RECEITA LÍQUIDA.....	21	121.215	106.669	133.540	114.748
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	22	(105.256)	(96.955)	(108.834)	(101.522)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO.....		15.959	9.714	24.706	13.226
Receitas/Despesas Operacionais					
Outras receitas e (despesas).....	22	(754)	64	(754)	64
Equivalência Patrimonial em controlada.....	11	8.515	2.129	-	-
		7.761	2.193	(754)	64
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO..		23.720	11.907	23.952	13.290
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas.....	23	7.558	7.313	7.795	7.414
Despesas.....	23	(257)	(194)	(257)	(1.362)
Variações monetárias líquidas.....	23	12.829	42.199	12.829	42.199
		20.130	49.318	20.367	48.251
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		43.850	61.225	44.319	61.541
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes.....	7.1/7.2	(12.492)	(11.961)	(12.961)	(12.277)
Diferidos.....	7.1/7.2	760	(8.310)	760	(8.310)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....		32.118	40.954	32.118	40.954
LUCRO ATRIBUÍVEL A:.....					
Acionistas controladores e não controladores.....		32.118	40.954	32.118	40.954
LUCRO BÁSICO POR:.....					
Ação preferencial.....	20.2	R\$ 0,90192	R\$ 1,15007	R\$ 0,90192	R\$ 1,15007
Ação ordinária.....	20.2	R\$ 0,81993	R\$ 1,04551	R\$ 0,81993	R\$ 1,04551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO – acumulado

Para os períodos findos em 30 de setembro.

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação.

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		9M21	9M20	9M21	9M20
RECEITA LÍQUIDA.....	21	339.199	299.524	373.864	323.731
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	22	(316.839)	(303.855)	(328.357)	(312.736)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO.....		22.360	(4.331)	45.507	10.995
Receitas/Despesas Operacionais					
Outras receitas e (despesas).....	22	5.595	133	5.595	133
Equivalência Patrimonial em controlada.....	11	21.551	11.172	-	-
		27.146	11.305	5.595	133
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO..		49.506	6.974	51.102	11.128
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas.....	23	21.253	24.834	21.737	25.257
Despesas.....	23	(619)	(640)	(1.444)	(4.230)
Variações monetárias líquidas.....	23	87.680	69.278	87.680	69.278
		108.314	93.472	107.973	90.305
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		157.820	100.446	159.075	101.433
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes.....	7.1/7.2	(51.065)	(43.194)	(52.320)	(44.181)
Diferidos.....	7.1/7.2	12.513	12.245	12.513	12.245
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....		119.268	69.497	119.268	69.497
LUCRO ATRIBUÍVEL A:.....					
Acionistas controladores e não controladores.....		119.268	69.497	119.268	69.497
LUCRO BÁSICO POR:.....					
Ação preferencial.....	20.2	R\$ 3,34924	R\$ 1,95159	R\$ 3,34924	R\$ 1,95159
Ação ordinária.....	20.2	R\$ 3,04477	R\$ 1,77417	R\$ 3,04477	R\$ 1,77417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Para os períodos findos em 30 de setembro.

Valores expressos em milhares de reais - R\$.

	Controladora e Consolidado			
	2021		2020	
	3º Trimestre	Acumulado	3º Trimestre	Acumulado
Lucro líquido do período.....	32.118	119.268	40.954	69.497
Total do resultado abrangente do período.....	32.118	119.268	40.954	69.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais - R\$.

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCRO					DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	INCENTIVOS FISCAIS		RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	RECOMPRA DE OUTORGA	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	RESERVA DE RECOMPOSIÇÃO DE ATIVOS			
Saldo em 1 de janeiro de 2020.....	285.411	383.618	3.512	8.832	20.960	15.022	72.331	49.644	150.895	-	-	990.225
Realização integral reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	-	-	(15.022)	-	-	-	-	-	(15.022)
Realização integral reserva recompra de outorga.....	-	-	-	-	-	-	(72.331)	-	-	-	-	(72.331)
Realização parcial reserva de recomposição de ativos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.240)	-	-	(134.240)
Ganhos e perdas atuariais líquido do efeito tributário.....	-	-	-	(194.955)	-	-	-	-	-	-	-	(194.955)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	198.485	198.485
Constituição de reserva legal.....	-	-	-	-	9.924	-	-	-	-	-	(9.924)	-
Realização de reserva de lucros a realizar.....	-	-	-	-	-	-	-	(6.509)	-	-	-	(6.509)
Recomposição de ativos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	127.421	-	(127.421)	-
Dividendo adicional proposto.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.000	(14.000)	-
Dividendo obrigatório (JCP).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.140)	(47.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	285.411	383.618	3.512	(106.123)	30.884	-	-	43.135	144.076	14.000	-	718.513
Aprovação de dividendo adicional proposto - ano calendário 2020.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.000)	-	(14.000)
Dividendo obrigatório (JCP).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.771)	(16.771)
Lucro do período.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	119.268	119.268
Saldo em 30 de setembro de 2021.....	285.411	383.618	3.512	(106.123)	30.884	-	-	43.135	144.076	-	102.497	807.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos findos em 30 de setembro (Método Indireto).

Valores expressos em milhares de reais - R\$.

777

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Atividades operacionais				
Resultado do período.....	119.268	69.497	119.268	69.497
Resultado de equivalência patrimonial.....	(21.551)	(11.172)	-	-
Depreciação/ amortização.....	1.099	1.405	4.291	4.516
Despesa de entidade de plano de previdência.....	23.808	3.686	23.808	3.686
Perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	541	539	541	539
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	24.213	7.028	24.213	8.652
Tributos diretos.....	34.932	23.579	35.753	24.433
Apropriação Comgás.....	(361)	-	(361)	-
Juros sobre financiamento.....	-	-	824	3.578
Ganho alienação de bens e direitos.....	(295)	-	(295)	-
Provisão - Investimentos na Concessão.....	63.924	106.667	63.924	106.667
Atualização depósitos vinculados.....	(514)	(349)	(514)	(349)
Baixas.....	1.676	837	1.676	837
Juros e variações monetárias acordo Sabesp.....	(11.025)	(6.248)	(11.025)	(6.248)
Juros e variações monetárias do arrendamento UTP Piratininga.....	(89.879)	(78.928)	(89.879)	(78.928)
Variações nos ativos e passivos				
Revededores.....	(1.085)	(3.234)	(1.024)	(3.060)
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	135	(426)	135	(426)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	1.842	6.100	2.189	6.166
Serviços - Canal Pinheiros.....	-	(13.233)	-	(13.233)
Estoques.....	14	(10)	14	(10)
Despesas antecipadas.....	1.804	2.410	1.554	2.332
Cauções e depósitos vinculados.....	(6.341)	(7.837)	(3.624)	(7.686)
Sabesp.....	10.844	10.308	10.844	10.308
Outros créditos.....	(1.275)	(2.720)	(1.163)	(2.142)
Fornecedores.....	6.039	511	6.237	928
Folha de pagamento.....	(406)	847	(406)	847
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	(2.120)	(1.980)	(2.120)	(1.980)
Contribuições para plano de previdência.....	(18.557)	(5.029)	(18.557)	(5.029)
Tributos e contribuições sociais.....	(536)	14.907	(534)	15.157
Obrigações setoriais.....	(2.037)	582	(2.043)	582
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(12.005)	(2.520)	(12.005)	(2.410)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(15)	9	(15)	(13)
Depósitos vinculados.....	213	172	213	172
Obrigações Comgás.....	438	-	438	-
Obrigações especiais - RGR.....	(1.350)	(1.351)	(1.350)	(1.351)
Outros.....	(3.447)	(1.043)	(3.447)	(1.043)
Juros de financiamento pagos.....	-	-	(1.008)	(3.611)
Dividendos recebidos.....	16.486	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(47.445)	(35.824)	(48.266)	(36.678)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	87.032	77.180	98.286	94.700
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado.....	(1.202)	(4.782)	(2.790)	(7.498)
Ativos financeiros indenizáveis.....	(51.808)	(17.482)	(51.808)	(17.482)
Aquisição de intangível.....	(2.374)	(2.032)	(2.374)	(2.032)
Recebimento de arrendamento financeiro.....	66.112	50.079	66.112	50.079
Recebimento da venda de ativo imobilizado.....	295	-	295	-
Integralização de capital em controlada.....	(64.000)	-	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(52.977)	25.783	9.435	23.067
Atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos.....	(265.319)	(26.529)	(265.319)	(26.529)
Financiamento.....	-	-	(66.177)	(5.090)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(265.319)	(26.529)	(331.496)	(31.619)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(231.264)	76.434	(223.775)	86.148
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	507.702	397.457	518.714	412.922
Caixa e equivalentes de caixa no final do período.....	276.438	473.891	294.939	499.070
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(231.264)	76.434	(223.775)	86.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos findos em 30 de setembro.

Valores expressos em milhares de reais - R\$.

	Controladora		Consolidado	
	set-21	set-20	set-21	set-20
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas				
Receitas operacionais.....	342.233	330.934	378.211	356.162
Outras receitas.....	5.595	133	5.595	133
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - constituição.....	(541)	(539)	(541)	(539)
Receitas relativas à construção de ativos próprios e da concessão...	42.739	14.863	44.327	17.578
	390.026	345.391	427.592	373.334
Menos:				
Insumos				
GSF (Garantia física).....	-	-	1.364	1.010
Encargos de uso da rede elétrica.....	34.380	29.517	34.601	29.713
Serviços de terceiros.....	73.897	58.700	77.092	63.267
Materiais.....	15.998	7.554	17.027	8.305
Provisão - Investimentos na Concessão.....	63.924	106.667	63.924	106.667
Outros custos operacionais.....	13.346	7.253	14.332	9.143
	201.545	209.691	208.340	218.105
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	188.481	135.700	219.252	155.229
DEPRECIAÇÃO/ AMORTIZAÇÃO.....	(1.099)	(1.405)	(4.291)	(4.516)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....	187.382	134.295	214.961	150.713
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras.....	21.253	24.834	21.737	25.257
Equivalência Patrimonial.....	21.551	11.172	-	-
Variações monetárias líquidas.....	87.680	69.278	87.680	69.278
	130.484	105.284	109.417	94.535
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	317.866	239.579	324.378	245.248
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	62.703	60.967	65.073	60.967
Entidade de previdência à empregados - Contribuição ao plano.....	23.808	3.686	23.808	3.686
F.G.T.S.....	3.585	3.421	3.735	3.421
	90.096	68.074	92.616	68.074
Impostos, taxas e contribuições:				
Encargos setoriais:				
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	2.584	5.078	2.584	5.078
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	1.042	997	1.104	1.054
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	2.943	2.797	2.943	2.797
	6.569	8.872	6.631	8.929
Federais:				
Imposto de renda e contribuição social.....	38.552	30.949	39.807	31.936
COFINS/PIS.....	38.765	36.208	40.078	37.229
INSS.....	12.863	12.553	13.388	12.553
	90.180	79.710	93.273	81.718
Municipais:				
ISS.....	489	583	489	583
IPTU.....	6.389	7.871	6.389	7.871
	6.878	8.454	6.878	8.454
	103.627	97.036	106.782	99.101
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e encargos de dívidas.....	619	640	1.444	4.230
Aluguéis.....	4.256	4.332	4.268	4.346
	4.875	4.972	5.712	8.576
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos / Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-
Lucros retidos.....	-	-	-	-
Lucro líquido do período.....	119.268	69.497	119.268	69.497
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	317.866	239.579	324.378	245.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS

Para os períodos findos em 30 de setembro.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMA E” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Fazenda do Estado de São Paulo, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia. Em relação às ações preferenciais, merece destaque a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A que em 30 de setembro de 2021 detém 64,82% das ações PN.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção e a comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMA E tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Concessão de usinas em regime de cotas

A EMA E opera o complexo hidroenergético Henry Borden, que compreende as estruturas do canal Pinheiros, os reservatórios e respectivos barramentos e estruturas de controle e vertimento, Guarapiranga, Billings e Rio das Pedras, na Região Metropolitana de São Paulo e a usina hidrelétrica Henry Borden, no município de Cubatão, e as usinas hidrelétricas - UHEs Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Com a Medida Provisória 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a EMA E celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada à Receita Anual de Geração (RAG) e submetida aos padrões de qualidade de serviço estabelecidos pela ANEEL.

A RAG é calculada pela ANEEL, reajustada anualmente e revisada a cada 5 (cinco) anos. A tarifa resultante tem por objetivo cobrir a remuneração e os custos de operação, manutenção, administração, tributos e encargos setoriais como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos. Na revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a considerar também os investimentos em melhorias dos ativos da concessão de cada usina.

Além disso, para as geradoras no regime de cotas, não há encargos em função dos riscos hidrológicos, pois estes são assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência.

Em 20 de julho de 2021 foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.902, que homologou as Receitas Anuais de Geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2021-2022 nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 30 de junho de 2022 (Nota 26.3).

Controlada Pirapora Energia S.A. (“Pirapora” ou “Controlada”)

A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24 de junho de 2008, estabeleceu o prazo de vigência da autorização em 30 anos, contados da data de sua publicação. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 6 de dezembro de 2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora. De acordo com essa autorização, ao final do prazo de vigência da mesma, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União mediante indenização, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça por sua conta o livre escoamento das águas.

A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nº 4.951, de 30 de dezembro de 2014, e 4.955, de 31 de dezembro de 2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente.

A energia gerada pela Pirapora é comercializada por meio de contratos de venda de energia no ambiente regulado, correspondendo a 16 MW médios. Em 01 de janeiro de 2015 tiveram início os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) com 27 distribuidoras. Esses contratos são provenientes do Leilão 03/2010 (A-5) realizado em 30 de julho de 2010. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevê

que caso a permissão termine antes do período de suprimento o sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.

Entretanto, após a promulgação das partes vetadas da Lei Federal no 14.120, de 1º de março de 2021, houve a inclusão do §12 no art. 26 da Lei Federal no 9.427, de 1996, considerando que o agente titular de outorga de autorização para geração de energia elétrica com prazo de 30 (trinta) anos, cuja usina esteja em operação em 1º de setembro de 2020 e que não tenha sido objeto de qualquer espécie de penalidade pela Aneel quanto ao cumprimento do cronograma de sua implantação, terá seu prazo de autorização contado a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora, com ajuste, quando necessário, do respectivo termo de outorga.

Tendo em vista que é entendimento da Pirapora que essa Lei prorroga a autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado foi solicitado ajuste de prazo da outorga e se aguarda posicionamento da Agência Reguladora.

Arrendamento Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga (“UTE Piratininga”) em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) que a opera em conjunto com sua usina Fernando Gasparian, aumentando a eficiência de ambas. O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008 e tem prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura. Além do contrato de arrendamento, foi firmado na ocasião um contrato de serviços de operação e manutenção da usina Piratininga pela EMAE.

Expansão Fonte Térmica

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP”.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Expansão com Fontes Renováveis

A Companhia tem avançado no sentido de incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas e sustentáveis para a geração de energia elétrica, em linha com sua estratégia de longo prazo.

Solar fotovoltaica

A partir da Chamada Pública n.º 02/2020 a EMAE estabeleceu dois consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 90 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

Hidrelétrica

Em 01 de agosto de 2018 o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria n.º 313, de 30 de julho de 2018, dispensando a reversão dos bens vinculados à concessão da UHE Edgard de Souza, extinta em 31 de outubro de 2012, com a livre disponibilização dos bens para a EMAE.

Considerando essa decisão, a Companhia iniciou as tratativas junto ao Poder Concedente visando obter autorização para motorizar a referida estrutura através de pedido de Registro de Interesse nesse aproveitamento hidrológico, o que foi concedido em abril de 2019. Em seguida a EMAE elaborou projeto básico e Sumário Executivo submetendo-os à aprovação da ANEEL para a emissão de Despacho de Registro da Adequação do Sumário Executivo - DRS a fim de obter licenciamento e Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH. Em 2020, foi obtido o DRS e a outorga de recursos hídricos para o empreendimento.

Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

A EMAE concedeu, com prazo até 30/11/2042, um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento.

Impactos do Covid -19 na Companhia

Em razão do Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ número 02/2020, emitido em 10 de março de 2020, a Companhia considerou os possíveis impactos em seus negócios decorrentes da pandemia causada pelo Covid-19 e não identificou efeitos econômicos para registro contábil em suas demonstrações financeiras intermediárias do terceiro trimestre de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil - CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária, e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações financeiras trimestrais - ITR.

As informações relevantes próprias das ITR individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para a emissão das ITR ocorreu na reunião da diretoria realizada em 27/10/2021. As Informações Trimestrais foram em seguida apreciadas pelo Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterar as ITR.

2.2 Moeda funcional e base de apresentação

Estas ITR individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas ITR individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As

estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas ITR em relação às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 20 de março de 2021.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas, cujos valores reconhecidos são significativos nas informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 6 - Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 7 - Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 9 - Apuração do ativo financeiro indenizável;
- Nota 10 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 12 - Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de *impairment*
- Nota 14 - Mensuração da obrigação de benefício definido com entidade de previdência a empregados;
- Nota 15 - Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 17 - Outras Obrigações - Investimentos na concessão;
- Nota 25 - Instrumentos financeiros.

2.4 BASE DE MENSURAÇÃO

As ITR individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo líquido de benefício definido que é reconhecido pelo valor presente da obrigação do benefício definido deduzido do valor justo dos ativos do plano, conforme explicado na nota explicativa nº 15 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, divulgada em 20 de março de 2021.

2.5 Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As ITR consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis são adotadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.6 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.7 Informações por segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

2.8 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas ITR estão consistentes com as apresentadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Consequentemente, estas informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 20 de março de 2021.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Caixa e bancos conta movimento.....	3.361	859	3.361	1.948
Aplicações financeiras (a).....	273.077	506.843	291.578	516.766
	276.438	507.702	294.939	518.714

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo,

acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

- (a) A Companhia e sua controlada aplicam suas disponibilidades em fundos de renda fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizaram 2,26306% no período findo em 30 de setembro de 2021, e 2,2405% em 31 de dezembro de 2020.

4. REVENDEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	37.611	36.526	41.829	40.805

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o saldo das contas a receber de revendedores é composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

5. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

5.1 Histórico

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga ("Arrendamento"), pelo período de 17 (dezessete) anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, pagáveis em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

A BSE requereu a renovação da concessão junto à ANEEL, em 5 de julho de 2012, a qual foi ratificada posteriormente em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783, de 13 de janeiro de 2013. O prazo contratual da concessão encerrou-se em 7 de julho de 2015, mas não houve manifestação formal do Poder Concedente sobre o pedido e, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias, continuava em processo de análise.

O arrendamento possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes. No entanto, a BSE assumiu a obrigação de devolver os bens arrendados, no final do prazo de dezessete anos, “no estado de uso e conservação em que os recebeu consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato”, cabendo indenização à EMAE caso a BSE não o faça.

A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado em caso de não renovação da concessão, pelo Poder Concedente e pela BSE, supera os montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE.

5.2 Contabilização

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga na data de seu início, foi classificada como arrendamento mercantil financeiro pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 30.09.21
	Saldo 31.12.20	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	112.714	77.362	9.722	(66.112)	133.686
Não Circulante.....	283.387	(77.362)	80.157	-	286.182
	396.101	-	89.879	(66.112)	419.868

Demonstração de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.21	31.12.20
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	(22.193)	(31.915)
Variação monetária.....	679.046	598.889
Recebimentos.....	(1.001.985)	(935.873)
	419.868	396.101

(a) Referem-se aos juros ainda não realizados do contrato de arrendamento, inerentes aos recebimentos das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Não circulante	
2022.....	62.480
2023.....	116.862
2024.....	106.840
	286.182

6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Circulante				
Serviços em curso (a).....	2.467	3.096	2.467	3.096
Dividendos a receber de controlada (b).....	-	4.122	-	-
Valores a receber - Energia Livre (c).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (d).....	6.237	6.224	6.237	6.224
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa (e)...	(11.888)	(11.347)	(11.888)	(11.347)
Adiantamento a colaboradores.....	1.489	8	1.489	8
Pirapora Energia S.A - compartilhamento de custos.....	-	345	-	-
Petrobrás - O&M	1.051	440	1.051	440
Aluguéis.....	163	116	163	116
Multas contratuais (f).....	503	406	503	406
Contrato SEEM (Nota 19.3).....	529	529	529	529
	4.695	8.083	4.695	3.616

a) Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;

b) Referem-se aos dividendos obrigatórios a receber de sua controlada;

c) Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, em 15 de setembro de 2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE. A EMAE constituiu perdas estimadas na realização

de créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE contabilizado e ainda não recebido;

- d) Referem-se a valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 360 dias encontram-se provisionados na rubrica “Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa”.
- e) O saldo das perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa em 30 de setembro de 2021 correspondente a R\$ 11.888, sendo composto por: R\$ 6.224, funcionários cedidos; R\$ 4.144, RTE; R\$ 456, multas contratuais; R\$ 529, Convênio SEEM; R\$ 440, Operação e Manutenção Petrobras e R\$ 95 referente a locações e aluguéis;
- f) Referem-se a valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

7.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

3º TRIMESTRE

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	43.850	61.226	44.319	61.542	43.850	61.226	44.319	61.542
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(10.962)	(15.307)	(11.080)	(15.385)	(3.947)	(5.510)	(3.989)	(5.539)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	2.129	532	-	-	767	191	-	-
Incentivos fiscais.....	688	201	688	201	-	-	-	-
Outros.....	(298)	(277)	(298)	(277)	(109)	(101)	(109)	(101)
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	1.937	404	-	-	650	110
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado...	(8.443)	(14.851)	(8.753)	(15.057)	(3.289)	(5.420)	(3.448)	(5.530)
Corrente.....	(9.002)	(7.829)	(9.312)	(8.035)	(3.490)	(4.132)	(3.649)	(4.242)
Diferido.....	559	(7.022)	559	(7.022)	201	(1.288)	201	(1.288)
Alíquota efetiva.....	19%	24%	20%	24%	7%	9%	8%	9%

ACUMULADO

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	157.820	100.446	159.075	101.433	157.820	100.446	159.075	101.433
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(39.455)	(25.112)	(39.769)	(25.358)	(14.204)	(9.040)	(14.317)	(9.129)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	5.388	2.793	-	-	1.940	1.005	-	-
Incentivos fiscais.....	1.415	617	1.415	617	-	-	-	-
Outros.....	4.684	(887)	4.684	(887)	1.680	(325)	1.680	(325)
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	4.879	2.392	-	-	1.621	754
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado...	(27.968)	(22.589)	(28.791)	(23.236)	(10.584)	(8.360)	(11.016)	(8.700)
Corrente.....	(36.800)	(28.908)	(37.623)	(29.555)	(14.265)	(14.286)	(14.697)	(14.626)
Diferido.....	8.832	6.319	8.832	6.319	3.681	5.926	3.681	5.926
Alíquota efetiva.....	18%	22%	18%	23%	7%	8%	7%	9%

7.2 Composição dos tributos diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	88.379	71.266	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	-	1.393	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (c).....	-	-	90.487	83.644
Obrigações fiscais diferidas Sabesp (d).....	-	-	23.860	23.815
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	70.501	70.501	-	-
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	31.817	25.656	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (c).....	-	-	32.575	30.112
Obrigações fiscais diferidas Sabesp (d).....	-	-	8.590	8.573
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	25.380	25.380	-	-
	216.077	194.196	155.512	146.144
Compensação entre Ativos e Passivos (f).....	(155.512)	(146.144)	(155.512)	(146.144)
	60.565	48.052	-	-

- a) Referem-se a créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis onde se destacam a provisão para a realização dos investimentos com os recursos recebidos para investimentos na Concessão, contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e estimativas para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- b) Refere-se a saldo de prejuízo fiscal relativos a exercícios anteriores;
- c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 5);

- d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro relativo ao acordo com a Sabesp. (Nota 19.1);
- e) Refere-se a passivo fiscal diferido sobre plano de benefício definido (Nota 14), registrado em Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);
- f) Refere-se à compensação entre ativos e passivos diferidos. Salienta-se que até 2017, a Companhia registrou seu ativo fiscal diferido limitado a 30% do passivo fiscal diferido. A partir de 2018, a Administração da Companhia elaborou projeção estimando resultados tributáveis futuros demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho da Administração. O Ativo Fiscal Diferido da Companhia é revisado a cada encerramento de exercício e pode ser reduzido na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Diferenças temporárias (vide nota 7.2, alínea “a”):

2021.....	13.415
2022.....	13.415
2023.....	11.394
2024.....	8.496
2025.....	4.082
2026 até 2042.....	69.394
	<u>120.196</u>

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	11.962	11.749	11.962	11.749
Cauções e depósitos vinculados (b).....	-	-	-	2.717
	<u>11.962</u>	<u>11.749</u>	<u>11.962</u>	<u>14.466</u>
Não circulante				
Depósitos judiciais (c).....	31.971	25.329	31.971	25.329
	<u>31.971</u>	<u>25.329</u>	<u>31.971</u>	<u>25.329</u>
	<u>43.933</u>	<u>37.078</u>	<u>43.933</u>	<u>39.795</u>

- a) Do montante de depósitos vinculados, i) R\$ 11.380 (R\$ 11.167 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a depósito originado da venda de óleo

combustível no exercício de 2012 e mantido em contas de ativo e passivo pelo mesmo valor; ii) depósito de R\$ 582 (R\$ 582 em 31 de dezembro de 2020) principal valor correspondente à caução contratual pago a ANEEL vinculado a Usina Edgard de Souza.

- b) No saldo consolidado, estão incluídas as garantias do financiamento BNDES no montante de R\$ 2.717 em 31 de dezembro de 2020 da controlada Pirapora (Ativo circulante). Durante o ano calendário de 2021 em razão da quitação antecipada do financiamento junto ao BNDES, o recurso registrado anteriormente na rubrica cauções e depósitos vinculados foi transferido para a rubrica caixa e equivalentes de caixa da Controlada.
- c) Refere-se a depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis e trabalhistas da Companhia e sua controlada. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas a esses depósitos judiciais.

9. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei nº 12.783, os quais serão recuperados por meio da RAG nos processos de revisão e reajuste tarifário.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. Em virtude da característica desse ativo, em cada processo de reajuste ou revisão tarifária, novas tarifas são homologadas pela ANEEL, ocasionando modificações no fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável. Essas modificações poderão gerar eventuais ganhos ou perdas no valor do custo amortizado do ativo, os quais serão ajustados no resultado.

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado					Saldo em 30.09.21
	Saldo em 31.12.20	Adições (a)	Baixa	Transferência	Amortização (b)	
Circulante						
Ativo financeiro.....	4.901	-	-	3.660	(4.271)	4.290
Adiantamento a fornecedores.	9.947	18.165	(5.520)	-	-	22.592
	14.848	18.165	(5.520)	3.660	(4.271)	26.882
Não circulante						
Ativo financeiro.....	102.919	39.163	-	(3.660)	-	138.422
	117.767	57.328	(5.520)	-	(4.271)	165.304

- a) As adições do exercício referem-se a investimentos realizados nas usinas que aumentem a vida útil das unidades e em melhorias gerando maior eficiência na produção energética.
- b) Amortização dos investimentos efetivamente já realizados (Nota 17).

10. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do art. 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR pela ANEEL esses ativos reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente.

Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados com os projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Em atendimento ao requerido no Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima. A manifestação de interesse foi ratificada por meio de novo Ofício enviado à ANEEL em agosto de 2021, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 942/21, de 13 de julho de 2021, que alterou a REN nº 596/13.

Em 20 de fevereiro de 2017 a Companhia contratou consultoria especializada com o objetivo de elaboração de cálculos do Valor Novo de Reposição - VNR dos investimentos realizados até 31 de dezembro de 2012 e saldo de investimentos não amortizados até 31 de dezembro de 2012, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 596/13, para subsídio à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 12.783, de 2013, de 11 de janeiro de 2013.

Os relatórios gerados naquele exercício demonstraram que não há razão para a constituição de estimativa para redução ao valor recuperável dos montantes pleiteados perante o órgão regulador, todavia, a ANEEL poderá apresentar valor de indenização diferente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e caso aplicável realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

Em 01 de agosto de 2018, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 313, de 30 de julho de 2018, dispensando a reversão dos bens vinculados à concessão do Aproveitamento de Potencial Hidráulico denominado UHE Edgard de Souza, extinta em 31 de outubro de 2012, com a livre disponibilização dos bens para a EMAE.

Considerando essa decisão, a Companhia iniciou tratativas junto ao Poder Concedente, visando obter autorização para motorizar a referida estrutura, com o aproveitamento integral das instalações atualmente existentes.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 195.374.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Pirapora Energia S.A.	168.793	95.606	-	-
Outros.....	1.390	1.390	1.390	1.390
Total.....	<u>170.183</u>	<u>96.996</u>	<u>1.390</u>	<u>1.390</u>

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A. Em 2021 a EMAE integralizou R\$ 64.000 em sua controlada visando a quitação antecipada do financiamento contratado junto ao BNDES, que ocorreu 15 de março de 2021.

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	30.09.21	31.12.20
Ativo.....	170.521	167.164
Passivo.....	1.728	71.558
Patrimônio Líquido.....	168.793	95.606
	<u>30.09.21</u>	<u>30.09.20</u>
Lucro do período.....	21.551	11.172

	Controlada
Saldo em 31.12.2020.....	95.606
Dividendo adicional proposto.....	(12.364)
Resultado de equivalência patrimonial.....	21.551
Integralização de capital em controlada.....	64.000
Saldo em 30.09.2021.....	<u>168.793</u>

12. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2021 está representada por:

Controladora	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.20	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do período	Saldo em 30.09.21
Em serviço							
Terrenos.....		5.068	-	(6)	-	-	5.062
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias..	2,0%	832	49	-	-	(47)	834
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	2.528	264	-	489	(409)	2.872
Veículos.....	14,3%	680	-	-	-	(115)	565
Móveis e Utensílios.....	6,3%	267	24	-	25	(20)	296
Subtotal.....		<u>9.375</u>	<u>337</u>	<u>(6)</u>	<u>514</u>	<u>(591)</u>	<u>9.629</u>
Em curso.....		69.308	865	(217)	(514)	-	69.442
Total Controladora.....		<u>78.683</u>	<u>1.202</u>	<u>(223)</u>	<u>-</u>	<u>(591)</u>	<u>79.071</u>

Consolidado	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.20	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do período	Saldo em 30.09.21
Em serviço							
Terrenos.....		5.068	-	(6)	-	-	5.062
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	44.996	-	-	-	(768)	44.228
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias..	2,0%	46.813	49	-	-	(847)	46.015
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	60.330	264	-	489	(1.973)	59.110
Veículos.....	14,3%	680	-	-	-	(115)	565
Móveis e Utensílios.....	6,3%	268	24	-	25	(21)	296
Subtotal.....		<u>158.155</u>	<u>337</u>	<u>(6)</u>	<u>514</u>	<u>(3.724)</u>	<u>155.276</u>
Em curso.....		69.308	2.453	(217)	(514)	-	71.030
Adiantamento a fornecedores.....		-	-	-	-	-	-
Total Consolidado.....		<u>227.463</u>	<u>2.790</u>	<u>(223)</u>	<u>-</u>	<u>(3.724)</u>	<u>226.306</u>

i) Análise de redução ao valor recuperável dos ativos:

Conforme divulgado na Nota 10, Ativo Reversível da Concessão, em 01 de agosto de 2018, o Ministério de Minas e Energia - MME disponibilizou os bens da UHE Edgard de Souza para a EMAE (no montante de R\$ 59.667, passando a ser registrado no imobilizado em curso), dispensando, portanto, a reversão dos bens.

Sendo assim, a administração realizou teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixas descontados com base nas seguintes premissas: (i) obtenção da autorização para remotorização da usina; (ii) período de autorização de 30 anos; (iii) quantidade e preço de venda de parte da energia gerada contratada no ambiente regulado; e (iv) o excedente de energia comercializado no mercado de curto prazo. Os fluxos de caixas foram estimados para um período da concessão e descontados pela taxa de desconto antes dos tributos variando entre 7,2% a.a a 8,5% a.a no período de projeção. A Administração, com base no teste efetuado, concluiu que não há necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia não identificou nenhum fato que indicasse a necessidade de realizar teste de recuperabilidade de ativos.

13. FINANCIAMENTO (CONSOLIDADO)

13.1 CONTRATO BNDES E SALDO

Em 8 de março de 2012, a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais com vencimento contratual em 15 de setembro de 2030 atualizado pela TJLP + 1,9 a.a. que representava 60% do valor do investimento previsto para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 15 de março de 2021 a Pirapora Energia S.A quitou o contrato.

	Consolidado					
	31.12.20					30.09.21
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	Quitação antecipada	Saldo
Circulante e Não Circulante						
Financiamento BNDES.....	66.361	824	(1.697)	(1.008)	(64.480)	-

14. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

A EMAE é patrocinadora de planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A VIVEST é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

		Controladora e Consolidado			
		30.09.21		31.12.20	
Credor	Objeto	Circulante	Não	Total	Total
			Circulante		
VIVEST	- Fundos de Pensão	29.873	216.455	246.328	241.077
	- Ajuste CPC 33 (R1) (IAS 19).	-	98.672	98.672	98.672
		29.873	315.127	345.000	339.749

A evolução do déficit atuarial dos planos de aposentadoria da EMAE, de 2019 para 2020, se deve principalmente (i) à queda da taxa de desconto dos benefícios futuros a serem desembolsados pelos planos e (ii) ao crescimento do valor desses mesmos benefícios, vinculados ao IGP-DI, que teve forte descasamento em relação a outros indicadores de inflação e em relação aos rendimentos auferidos pelos investimentos do plano. Em abril de 2021 a PREVIC autorizou a mudança desse indicador, tendo sido adotado o IPCA, conforme 14.1 abaixo.

14.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, foi aprovado o saldamento do plano então vigente que passou a ser denominado Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS e criado um novo plano de modelo misto, composto de benefício definido (BD) de 70% do salário de contribuição, e de contribuição definida (CD) de 30%. Em 2018, esses planos também foram encerrados para novos entrantes.

O equacionamento do plano BSPS é garantido pelo patrocinador enquanto, para os planos BD e CD, eventuais déficits são compartilhados entre a patrocinadora e os participantes.

O custeio do plano para o benefício definido e para a contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados. Na parcela de contribuição definida, a paridade é baseada em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas periodicamente por atuário independente.

A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos ("*Asset Liability Management*"), resultou na alocação média de 76% em renda fixa, 14% em renda variável e 10% em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 11,25% em 2020, ante a meta atuarial de 30,89% no mesmo período, impulsionada pela variação do IGP-DI, que é o indexador de reajuste de benefícios.

Em março de 2020, em função da dificuldade de obter novos investimentos atrelados ao IGP e visando evitar eventuais descasamentos entre ativos e passivos do plano de previdência, a EMAE, através da VIVEST, ingressou na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC com o pedido de alteração do indexador de reajuste dos benefícios do plano passando do IGP-DI para IPCA, após aprovação no Comitê Gestor do Plano e no Conselho Deliberativo da Entidade.

Em 7 de abril de 2021 a PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar publicou no Diário Oficial da União, a Portaria nº 201, aprovando as alterações propostas ao regulamento do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/EMAE possibilitando a troca de indexador do plano de IGP-DI para IPCA a partir de 01 de maio de 2021.

14.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A VIVEST

Em 1997, portanto anteriormente à cisão da antiga Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A, que deu origem à EMAE, foi formalizado, com interveniência da então Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC), um contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas) que possui cláusula variável, para a cobertura de déficit técnico atuarial relativo ao “Benefício Suplementar Proporcional Saldado” – BSPS com vistas a equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a então Fundação CESP, atual VIVEST. Com a cisão, a EMAE assumiu as parcelas que lhe couberam dos ativos e passivos do referido plano.

Esse contrato previa a amortização do déficit existente em 1997 em 240 parcelas mensais, com atualização pela variação do IGP-DI e acrescido de juros de 6% a.a. Em 22 de junho de 2017 foi assinado aditivo contratual prorrogando o vencimento do contrato para março de 2032. Com a mudança do indexador do Plano para IPCA, esse contrato também passou a ter seu saldo atualizado pelo IPCA, a partir de maio de 2021.

Anualmente, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base nesse novo saldo.

Esse contrato representa, na essência, garantia para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

A diferença entre os saldos apresentados nesse contrato de ajuste de reservas matemáticas e o do passivo registrado de acordo com o CPC 33

(R1)/IAS19 é decorrente da diferença entre a metodologia contábil utilizada no balanço da EMAE e a metodologia aprovada pela PREVIC e utilizada pela VIVEST para avaliar a situação atuarial dos planos de benefícios. A diferença entre essas duas metodologias, em 30 de setembro de 2021, é a seguinte:

Saldo da dívida.....	246.328
Ajuste atuarial.....	98.672
Saldo CPC 33 (R1)/IAS 19.....	<u>345.000</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

15.1 CONTINGÊNCIAS - POSSIBILIDADE DE PERDA PROVÁVEL

	Controladora e Consolidado				
	31.12.20	30.09.21			
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade.....	13.127	901	-	-	14.028
Diversas.....	19.504	20.677	(6.712)	(12.005)	21.464
	<u>32.631</u>	<u>21.578</u>	<u>(6.712)</u>	<u>(12.005)</u>	<u>35.492</u>
Cíveis.....	31.980	5.673	(161)	-	37.492
Tributárias.....	611	3.828	-	-	4.439
Ambiental.....	60	7	-	-	67
Administrativo.....	9	-	-	-	9
	<u>65.291</u>	<u>31.086</u>	<u>(6.873)</u>	<u>(12.005)</u>	<u>77.499</u>

A) Periculosidade

Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários de São Paulo em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos seus quadros. A ação foi julgada procedente para 104 empregados e o processo se encontra pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento pelo Tribunal Superior do Trabalho. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

B) Diversas

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem em geral o pagamento de equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos no período findo em 30 de setembro de 2021, houve reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.

C) Cíveis

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo o mais relevante descrito a seguir:

Trata-se de processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., a qual pleiteia o direito de não optar pelo chamado “alívio de exposição” relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor. Em 9 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, ao qual foram opostos embargos de declaração pela EMAE e outras Interessadas. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 30 de setembro de 2021 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 34.754 (R\$ 31.064 em 31 de dezembro de 2020).

D) Tributárias

Refere-se a um processo de IPTU movido pelo Município de Cubatão em razão de um indeferimento de pleito solicitado pela Companhia.

15.2 CONTINGÊNCIAS - PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

As contingências em 30 de setembro de 2021, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	30.09.21	31.12.20
Administrativo.....	645	374
Ambiental	124.753	111.055
Cível.....	22.097	19.834
Trabalhista.....	4.155	14.501
Tributário.....	31.600	41.415
	<u>183.250</u>	<u>187.179</u>

a) Administrativo

O processo mais relevante refere-se à cobrança movida pela Prefeitura de São Paulo pela ausência de limpeza de imóvel, o qual se encontra em

ocupação irregular por terceiros. Em 2010 a Companhia propôs Ação Judicial de Reintegração de Posse do imóvel, porém o pedido foi indeferido e mantida a aplicação da multa. Em 30 de setembro de 2021 o valor da causa é de R\$ 343.

b) Ambiental

O principal processo refere-se à obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função da composição amigável entre a EMAE e o Ministério Público, até então litigantes, em 27 de junho de 2007, objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado tornasse possível à implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de 50m³/s e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Contudo, em 12 de abril de 2012, o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, consubstanciado em (i) pagamento de multa diária totalizada no montante de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao estado anterior. Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu, em 10 de dezembro de 2012, a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido e atendido pela EMAE.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de setembro de 2021, sendo o total da causa de R\$ 118.401 (R\$ 105.481 em 31 de dezembro de 2020).

c) Cível

O processo mais relevante refere-se à ação originada pela VIVEST – a qual visa à condenação da Companhia ao pagamento do déficit técnico do quadro de empregados. A autora encontra-se em vantagem, uma vez que o tribunal julgou procedente o pleito original, porém o processo encontra-se em fase de recursos.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de setembro de 2021 sendo o total da causa de R\$ 20.841 (R\$ 18.890 em dezembro de 2020).

d) Trabalhista

Entre os processos avaliados como de risco possível, o montante mais relevante refere-se a disputas movidas pelos sindicatos que representam os empregados ou por disputas individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

e) Tributário

Entre os processos como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à cobrança movida pela Prefeitura de São Paulo em razão da majoração do IPTU em função da alteração das premissas e metodologias utilizadas como base de cálculo do tributo envolvido. Em 30 de setembro de 2021 o valor da causa é de R\$ 9.437.

16 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO – RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais – RGR (Reserva Global de Reversão), de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (10 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

	Controladora e Consolidado					30.09.21
	31.12.20	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	1.350	374	(374)	(1.350)	1.801
Não Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	9.000	(1.350)	-	-	-	7.650

17 OUTRAS OBRIGAÇÕES – INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO

Correspondem à provisão para realização de investimentos nas usinas cotistas em razão das obrigações estabelecidas no 2º termo Aditivo do Contrato de Concessão e no Submódulo Proret 12.1 – Procedimentos de Regulação Tarifária emitido pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, estando em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os valores provisionados são contabilizados de acordo com o Plano de Investimentos e apresentam as seguintes movimentações no período:

Controladora e Consolidado					
	31.12.20			30.09.21	
	Ativo financeiro indenizável	Movimento do período	Ativo financeiro indenizável	Outras obrigações Circulante	Não circulante
Investimentos totais realizados.....	116.425	39.163	155.588	-	-
Adiantamento a fornecedores (a).....	9.947	12.645	22.592	-	-
Provisão - Investimentos na Concessão (b).....	-	-	-	46.805	230.199
Amortização acumulada.....	(8.605)	(4.271)	(12.876)	(12.876)	-
Total.....	117.767	47.537	165.304	33.929	230.199

(a) Adiantamento a fornecedores referentes a aquisições ainda não recebidas

(b) Provisão acumulada ajustada pela melhor estimativa

A partir da vigência do 2º Aditivo ao Contrato de Concessão em 1º de janeiro de 2013, ou seja, com o início da operação das usinas no regime de cotas até 30 de setembro de 2021 a Companhia investiu na concessão o montante de R\$ 155,6 milhões, buscando a modernização, eficiência e a redução dos riscos relacionados à produção energética. Conforme estabelecido em lei, o valor já investido deve ser amortizado de forma linear até o final da concessão, pois os benefícios econômicos inerentes pela correta aplicação dos recursos, produzirão retorno (fluxos de caixa) até 30 de novembro de 2042.

18 OBRIGAÇÃO - COMGÁS

Trata-se de quatro contratos de permissão à Comgás de uso de áreas a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas, estação de medição e recebimento de gás (*city gate*), obras de arranjo geral da tubulação e dos equipamentos da Estação de Regulagem de Pressão e Recebedor de PIG, com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.982 cuja apropriação em seu resultado vem ocorrendo de forma linear ao longo do exercício. Até 30 de setembro de 2021 a EMAE contabilizou o montante de R\$ 363 no Resultado da Companhia.

19 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

19.1 ATIVO FINANCEIRO - ACORDO SABESP

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas e a aprovação do referido aditivo nos Conselhos da SABESP e da EMAE, em 11 e 18 de outubro de 2017, respectivamente, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Informações adicionais sobre o histórico do processo estão descritos na nota explicativa nº 20.1 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 20 de março de 2021.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

	Controladora e Consolidado				
	Saldo 31.12.20	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	Saldo 30.09.21
ATIVO					
Circulante					
Sabesp.....	22.880	1.020	-	(10.844)	13.056
Ajuste a valor presente....	(5.296)	(3.763)	4.047	-	(5.012)
	17.584	(2.743)	4.047	(10.844)	8.044
Não Circulante					
Sabesp.....	143.855	(1.020)	6.978	-	149.813
Ajuste a valor presente....	(66.178)	3.763	-	-	(62.415)
	77.677	2.743	6.978	-	87.398
	95.261	-	11.025	(10.844)	95.442

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29%, ambas ao ano, aplicadas pelo prazo do contrato.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

2022.....	7.520
2023.....	7.030
2024.....	6.572
2025.....	6.144
2026 até 2042.....	60.132
	87.398

19.2 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ENTRE EMAE E PIRAPORA

Em 2016 a Companhia iniciou a prestação de serviço de operação e manutenção para a sua controlada PCH Pirapora. O prazo contratual inicial foi de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Pirapora Energia S.A., sendo este aditado até novembro de 2020. Em dezembro de 2020, com prévia anuência da ANEEL, a EMAE firmou convênio

com sua controlada visando o compartilhamento dos custos de pessoal. No corrente período, até o mês de setembro houve a transferência de R\$ 3.045.

19.3 CONVÊNIO SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Em 16 de julho de 2018 a Companhia firmou convênio de cooperação técnico-operacional com a então Secretaria de Estado de Energia e Mineração SEEM, atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, tendo por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia, com vistas à otimização, racionalização, controle de qualidade e dos padrões de prestação do suprimento de energia no Estado de São Paulo, por meio de parceria na utilização de conhecimentos técnicos e tecnologias. O valor estimado do contrato foi de R\$ 3.324 com vigência de 18 (dezoito) meses. Em 30 de setembro de 2021 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 529, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018.

19.4 CESSÃO DE EMPREGADOS

Refere-se à cessão de empregados da EMAE, mediante ressarcimento junto às atuais Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria da Justiça e Cidadania, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 30 de setembro de 2021, o saldo a receber é de R\$ 6.237, vide Nota 6 letra (d).

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado da EMAE é de R\$ 285.411, dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 30 de setembro de 2020 são:

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Centrais Elétricas Bras S.A. Eletrobrás.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo..	14.353.441	97,61	52.068	0,23	14.405.509	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo.....	350.832	2,38	-	-	350.832	0,95
Álvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.201.133	9,90	2.201.033	5,96
Outros.....	1.097	0,01	5.572.180	25,05	5.573.377	15,08
TOTAL.....	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

Durante o período findo em 30 de setembro de 2021 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração, ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus a: a) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; b) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; c) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e d) direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

20.2 LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	Acumulado		3º Trimestre	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Lucro líquido do período.....	R\$ 119.268	R\$ 69.497	R\$ 32.118	R\$ 40.954
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714	22.241.714	22.241.714
Total.....	36.947.084	36.947.084	36.947.084	36.947.084
Lucro por ação básico				
Ação Preferencial.....	R\$ 3,34924	R\$ 1,95159	R\$ 0,90192	R\$ 1,15007
Ação Ordinária.....	R\$ 3,04477	R\$ 1,77417	R\$ 0,81993	R\$ 1,04551

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

21 RECEITA LÍQUIDA

21.1 CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

3º TRIMESTRE

	Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 21.2).....	111.782	111.076	111.782	111.076
Suprimento de energia - leilão (Nota 21.2).....	-	-	9.389	9.079
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 21.2).....	114	18	3.517	284
Renda da prestação de serviços (Nota 21.3).....	2.440	3.808	2.440	2.883
Outras receitas.....	694	107	694	107
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 9)...	17.956	3.477	17.956	3.477
	<u>132.986</u>	<u>118.486</u>	<u>145.778</u>	<u>126.906</u>
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(8.740)	(8.743)	(9.124)	(9.023)
PIS sobre receitas operacionais.....	(1.898)	(1.899)	(1.981)	(1.960)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(141)	(190)	(141)	(190)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(992)	(985)	(992)	(985)
	<u>(11.771)</u>	<u>(11.817)</u>	<u>(12.238)</u>	<u>(12.158)</u>
RECEITA LÍQUIDA.....	<u>121.215</u>	<u>106.669</u>	<u>133.540</u>	<u>114.748</u>

ACUMULADO

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 21.2).....	331.132	317.933	331.132	317.933
Suprimento de energia - leilão (Nota 21.2).....	-	-	28.424	27.323
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 21.2).....	412	50	7.966	707
Renda da prestação de serviços (Nota 21.3).....	9.409	11.670	9.409	8.918
Outras receitas.....	1.280	1.281	1.280	1.281
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 9)...	39.163	8.178	39.163	8.178
	<u>381.396</u>	<u>339.112</u>	<u>417.374</u>	<u>364.340</u>
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(31.850)	(29.749)	(32.929)	(30.588)
PIS sobre receitas operacionais.....	(6.915)	(6.459)	(7.149)	(6.641)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(489)	(583)	(489)	(583)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(2.943)	(2.797)	(2.943)	(2.797)
	<u>(42.197)</u>	<u>(39.588)</u>	<u>(43.510)</u>	<u>(40.609)</u>
RECEITA LÍQUIDA.....	<u>339.199</u>	<u>299.524</u>	<u>373.864</u>	<u>323.731</u>

21.2 ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA

3º TRIMESTRE

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	3º Trim estre 2021	3º Trim estre 2020	3º Trim estre 2021	3º Trim estre 2020	3º Trim estre 2021	3º Trim estre 2020	3º Trim estre 2021	3º Trim estre 2020
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	184.849	172.750	111.782	111.076	184.849	172.750	111.782	111.076
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	32.329	34.314	9.389	9.079
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	114	18	-	-	3.517	284
Total.....	184.849	172.750	111.896	111.094	217.178	207.064	124.688	120.439

ACUMULADO

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	485.657	911.058	331.132	317.933	485.657	911.058	331.132	317.933
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	107.573	101.251	28.424	27.323
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	412	50	-	-	7.966	707
Total.....	485.657	911.058	331.544	317.983	593.230	1.012.309	367.522	345.963

- a) Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1;
- b) Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;
- c) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

21.3 RENDAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

3º TRIMESTRE

	Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020
Petrobras (UTE's) (a).....	1.775	2.459	1.775	2.459
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda)..	665	424	665	424
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (b)....	-	925	-	-
	<u>2.440</u>	<u>3.808</u>	<u>2.440</u>	<u>2.883</u>

ACUMULADO

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Petrobras (UTE's) (a).....	6.819	7.020	6.819	7.020
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda)..	2.590	1.870	2.590	1.870
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (b)....	-	2.752	-	-
Outros serviços.....	-	28	-	28
	<u>9.409</u>	<u>11.670</u>	<u>9.409</u>	<u>8.918</u>

- (a) Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás para a prestação dos serviços de operação e manutenção das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga.
- (b) Durante o exercício de 2021 não houve reconhecimento de receita de prestação de serviço de operação e manutenção da PCH Pirapora Energia S.A em razão do término do contrato ocorrido no quarto trimestre de 2020, sendo este substituído pelo Convênio para compartilhamento dos custos de pessoal entre a EMAE e sua controlada com prévia anuência da ANEEL.

22 CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

22.1 CONTROLADORA

3º TRIMESTRE

	Custo do serviço de energia elétrica		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020
Encargos de uso da rede elétrica.....	(10.780)	(10.769)	-	-	(10.780)	(10.769)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(984)	(963)	-	-	(984)	(963)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(356)	(344)	-	-	(356)	(344)
Pessoal.....	(25.172)	(23.788)	-	-	(25.172)	(23.788)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(7.936)	(1.228)	-	-	(7.936)	(1.228)
Material.....	(1.361)	(1.313)	-	-	(1.361)	(1.313)
Serviço de terceiros.....	(15.650)	(15.979)	-	-	(15.650)	(15.979)
Depreciação/amortização.....	(382)	(468)	-	-	(382)	(468)
Aluguéis.....	(1.464)	(1.424)	-	-	(1.464)	(1.424)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(3.395)	176	-	-	(3.395)	176
Provisão para investimentos na concessão (Nota 17).....	(21.308)	(35.646)	-	-	(21.308)	(35.646)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	(436)	-	-	-	(436)	-
(-) Créditos PIS/COFINS.....	5.583	996	-	-	5.583	996
IPTU.....	(2.138)	(1.299)	-	-	(2.138)	(1.299)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 9).....	(17.956)	(3.477)	-	-	(17.956)	(3.477)
Condomínio.....	(212)	(206)	-	-	(212)	(206)
Doações/patrocínios.....	-	-	(1.095)	-	(1.095)	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	296	-	296	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	45	47	45	47
Outras.....	(1.309)	(1.223)	-	17	(1.309)	(1.206)
Total.....	(105.256)	(96.955)	(754)	64	(106.010)	(96.891)

ACUMULADO

	Custo do serviço de energia elétrica		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Encargos de uso da rede elétrica.....	(34.380)	(29.517)	-	-	(34.380)	(29.517)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(2.584)	(5.078)	-	-	(2.584)	(5.078)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(1.042)	(997)	-	-	(1.042)	(997)
Pessoal.....	(76.307)	(76.049)	-	-	(76.307)	(76.049)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(23.808)	(3.686)	-	-	(23.808)	(3.686)
Material.....	(3.295)	(3.515)	-	-	(3.295)	(3.515)
Serviço de terceiros.....	(46.706)	(48.768)	-	-	(46.706)	(48.768)
Depreciação/amortização.....	(1.099)	(1.405)	-	-	(1.099)	(1.405)
Aluguéis.....	(4.256)	(4.331)	-	-	(4.256)	(4.331)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(24.213)	(6.918)	-	-	(24.213)	(6.918)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 17).....	(63.924)	(106.667)	-	-	(63.924)	(106.667)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	(541)	(539)	-	-	(541)	(539)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	14.758	2.730	-	-	14.758	2.730
IPTU.....	(6.389)	(7.871)	-	-	(6.389)	(7.871)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 9).....	(39.163)	(8.178)	-	-	(39.163)	(8.178)
Condomínio.....	(655)	(618)	-	-	(655)	(618)
Doações/patrocínios.....	-	-	(4.337)	(28)	(4.337)	(28)
Ajuste a valor justo - Terreno Av. Miguel Yunes.....	-	-	10.952	-	10.952	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	296	-	296	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	138	144	138	144
Outras.....	(3.235)	(2.448)	(1.454)	17	(4.689)	(2.431)
Total.....	(316.839)	(303.855)	5.595	133	(311.244)	(303.722)

22.2 CONSOLIDADO

3º TRIMESTRE

	Custo do serviço de energia elétrica		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020
GSF - Garantia física.....	(460)	(441)	-	-	(460)	(441)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(10.860)	(10.836)	-	-	(10.860)	(10.836)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(984)	(963)	-	-	(984)	(963)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(376)	(362)	-	-	(376)	(362)
Pessoal.....	(26.236)	(23.788)	-	-	(26.236)	(23.788)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(7.936)	(1.228)	-	-	(7.936)	(1.228)
Material.....	(1.399)	(1.398)	-	-	(1.399)	(1.398)
Serviço de terceiros.....	(16.419)	(17.098)	-	-	(16.419)	(17.098)
Depreciação/amortização.....	(1.446)	(1.505)	-	-	(1.446)	(1.505)
Aluguéis.....	(1.470)	(1.437)	-	-	(1.470)	(1.437)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(3.395)	(1.558)	-	-	(3.395)	(1.558)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 17).....	(21.308)	(35.646)	-	-	(21.308)	(35.646)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	(436)	-	-	-	(436)	-
(-) Créditos PIS/COFINS.....	5.583	996	-	-	5.583	996
IPTU.....	(2.138)	(1.299)	-	-	(2.138)	(1.299)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 9).....	(17.956)	(3.477)	-	-	(17.956)	(3.477)
Condomínio.....	(212)	(206)	-	-	(212)	(206)
Doações/patrocínios.....	-	-	(1.095)	-	(1.095)	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	296	-	296	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	45	47	45	47
Outras.....	(1.386)	(1.276)	-	17	(1.386)	(1.259)
Total.....	(108.834)	(101.522)	(754)	64	(109.588)	(101.458)

ACUMULADO

	Custo do serviço de energia elétrica		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
GSF - Garantia física.....	(1.364)	(1.010)	-	-	(1.364)	(1.010)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(34.601)	(29.713)	-	-	(34.601)	(29.713)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(2.584)	(5.078)	-	-	(2.584)	(5.078)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(1.104)	(1.054)	-	-	(1.104)	(1.054)
Pessoal.....	(79.352)	(76.049)	-	-	(79.352)	(76.049)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(23.808)	(3.686)	-	-	(23.808)	(3.686)
Material.....	(3.568)	(3.684)	-	-	(3.568)	(3.684)
Serviço de terceiros.....	(49.069)	(51.202)	-	-	(49.069)	(51.202)
Depreciação/amortização.....	(4.291)	(4.516)	-	-	(4.291)	(4.516)
Aluguéis.....	(4.268)	(4.345)	-	-	(4.268)	(4.345)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(24.213)	(8.652)	-	-	(24.213)	(8.652)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 17).....	(63.924)	(106.667)	-	-	(63.924)	(106.667)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	(541)	(539)	-	-	(541)	(539)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	14.758	2.730	-	-	14.758	2.730
IPTU.....	(6.389)	(7.871)	-	-	(6.389)	(7.871)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 9).....	(39.163)	(8.178)	-	-	(39.163)	(8.178)
Condomínio.....	(655)	(618)	-	-	(655)	(618)
Doações/patrocínios.....	-	-	(4.337)	(28)	(4.337)	(28)
Ajuste a valor justo - Terreno Av. Miguel Yunes.....	-	-	10.952	-	10.952	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	296	-	296	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	138	144	138	144
Outras.....	(4.221)	(2.604)	(1.454)	17	(5.675)	(2.587)
Total.....	(328.357)	(312.736)	5.595	133	(322.762)	(312.603)

23 RESULTADO FINANCEIRO

3º TRIMESTRE

	Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	3.087	2.156	3.324	2.255
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 5)...	2.979	3.673	2.979	3.673
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 19.1).....	1.302	1.475	1.302	1.475
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(173)	(109)	(173)	(109)
Atualizações de Cred. Tributários.....	317	-	316	-
Outras.....	46	118	47	120
	<u>7.558</u>	<u>7.313</u>	<u>7.795</u>	<u>7.414</u>
Despesas				
Juros.....	-	-	-	(1.160)
Outras:				
Atualização Óleo combustível.....	(119)	(43)	(119)	(43)
Juros sobre RGR.....	(119)	(141)	(119)	(141)
Outras.....	(19)	(10)	(19)	(18)
	<u>(257)</u>	<u>(194)</u>	<u>(257)</u>	<u>(1.362)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 5).....	9.508	40.932	9.508	40.932
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 19.1).....	3.060	1.193	3.060	1.193
Outras variações monetárias.....	261	74	261	74
	<u>12.829</u>	<u>42.199</u>	<u>12.829</u>	<u>42.199</u>
	<u>20.130</u>	<u>49.318</u>	<u>20.367</u>	<u>48.251</u>

ACUMULADO

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	6.352	8.839	6.813	9.256
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 5).....	9.722	11.748	9.722	11.748
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 19.1).....	4.047	4.559	4.047	4.559
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(392)	(436)	(392)	(436)
Atualizações de Cred. Tributários.....	1.421	-	1.444	-
Outras.....	103	124	103	130
	<u>21.253</u>	<u>24.834</u>	<u>21.737</u>	<u>25.257</u>
Despesas				
Juros.....	-	-	(824)	(3.578)
Outras:				
Atualização Óleo combustível.....	(213)	(173)	(213)	(173)
Juros sobre RGR.....	(374)	(440)	(374)	(440)
Outras.....	(32)	(27)	(33)	(39)
	<u>(619)</u>	<u>(640)</u>	<u>(1.444)</u>	<u>(4.230)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 5).....	80.157	67.180	80.157	67.180
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 19.1).....	6.978	1.688	6.978	1.688
Outras variações monetárias.....	545	410	545	410
	<u>87.680</u>	<u>69.278</u>	<u>87.680</u>	<u>69.278</u>
	<u>108.314</u>	<u>93.472</u>	<u>107.973</u>	<u>90.305</u>

24 SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (a).....	09/05/2021	09/05/2022	40.000	393
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b)...	05/12/2020	05/12/2021	70.000	468
Seguro de Riscos Operacionais (c).....	27/10/2020	27/10/2021	283.776	4.750
Seguro de Veículos - Caminhões (d).....	11/09/2021	11/09/2022	1.078	5
Seguro de Responsabilidade Civil - Guarda de Veículos (e).....	29/10/2020	29/10/2021	730	34
Seguro de Riscos Operacionais Pirapora (f).....	23/08/2021	23/08/2022	118.881	398
Seguro Empresarial - Condomínio (g).....	01/08/2021	01/08/2022	5.587	1
Seguro Aeronáutico Reta - Drone (h).....	19/01/2021	19/01/2022	562	1
			<u>520.614</u>	<u>6.050</u>

- a) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia a terceiros;
- b) Referem-se a danos causados a terceiros por atos de gestão da Administração (*Directors and officers*);
- c) Refere-se à cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos das Usinas da EMAE;
- d) Refere-se à cobertura contra colisão, incêndio, roubo, danos materiais e pessoais referente a caminhões;
- e) Refere-se à cobertura de responsabilidade civil por danos causados a veículos de terceiros sob guarda em Companhia;
- f) Refere-se à cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora;
- g) Seguro de incêndio, queda de raio, explosão e perda de aluguel.
- h) Refere-se a seguro de drone adquirido pela Companhia.

25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3).....	3.361	859	3.361	1.948	Custo amortizado
Aplicações financeiras (Nota 3).....	273.077	506.843	291.578	516.766	Custo amortizado
Revendedores (Nota 4).....	37.611	36.526	41.829	40.805	Custo amortizado
Arrendamento UTE Piratininga (Nota 5).....	419.868	396.101	419.868	396.101	Custo amortizado
Outros créditos (Nota 6).....	4.695	8.083	4.695	3.616	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados (Nota 8).....	43.933	37.078	43.933	39.795	Custo amortizado
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 19.1).....	95.442	95.261	95.442	95.261	Custo amortizado
Ativo financeiro indenizável (Nota 9).....	165.304	117.767	165.304	117.767	Custo amortizado
Ativo reversível da concessão (Nota 10).....	195.374	195.374	195.374	195.374	Custo amortizado
Forneecedores.....	10.231	4.192	11.350	4.656	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	1.926	237.990	1.926	237.990	Custo amortizado
Outras obrigações - Investimentos na concessão..	264.128	204.475	264.128	204.475	Custo amortizado
Financiamento (Nota 13).....	-	-	-	66.361	Custo amortizado

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os valores registrados em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

26 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas com concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é a geração de energia, a qual foi comercializada

através de contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

26.1 RISCOS DE ESTRUTURA DE CAPITAL

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

A.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

A.2) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 4). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 276.438 e R\$ 294.939, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 507.702, controladora, e R\$ 518.714, consolidado, em 31 de dezembro de 2020), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.21	31.12.20
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 5).....	419.868	396.101
Ativo financeiro indenizável (Nota 9).....	165.304	117.767
Ativo reversível da concessão (Nota 10).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 19.1).....	95.442	95.261
	<u>875.988</u>	<u>804.503</u>

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro é avaliado como baixo pela Administração da Companhia, em virtude de não ter histórico e expectativa de perda.

A realização das contas a receber de arrendamento financeiro da Usina Térmica Piratininga depende da capacidade financeira da contraparte (Petrobrás) em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias não há registro de atrasos no recebimento dessas contas a receber.

O ativo financeiro indenizável e o ativo reversível da concessão referem-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão ou em espécie. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo em razão desses valores terem sido apurados de acordo com a regulamentação vigente, muito embora estejam sujeitos à fiscalização da ANEEL e, portanto, sujeito à eventual glosa.

A realização do Ativo financeiro - Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

A.3) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada não realizaram transações em moeda estrangeira.

A.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador

utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Taxas de juros efetivas em 30 de setembro de 2021, com CDI overnight de 6,15 % a.a.

I-CVM 475	Saldo 30.09.2021 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		6,15%	7,69%	9,23%
Controladora	273.077	16.794	21.000	25.205
Consolidado	291.578	17.932	22.422	26.913

I-CVM 475	Saldo 30.09.2021 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		6,15%	4,61%	3,08%
Controladora	273.077	16.794	12.589	8.411
Consolidado	291.578	17.932	13.442	8.981

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a., imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 30 de setembro de 2021, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

I-CVM 475	Saldo 30.09.2021 Nota 5	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	17,60%	28,56%	33,37%	38,18%
Arrendamento UTP	419.868	119.916	140.112	160.308

I-CVM 475	Saldo 30.09.2021 Nota 5	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	17,60%	28,56%	23,75%	18,94%
Arrendamento UTP	419.868	119.916	99.720	79.524

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 30 de setembro de 2021, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

I-CVM 475	Saldo 30.09.2021 Nota 19.1	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	8,59%	17,57%	19,90%	22,22%
SABESP	95.442	16.770	18.989	21.208

I-CVM 475	Saldo 30.09.2021 Nota 19.1	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	8,59%	17,57%	15,25%	12,92%
SABESP	95.442	16.770	14.550	12.331

A.5) Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

26.2 RISCO HIDROLÓGICO

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100.

26.3 RISCO DE PREÇO

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê revisão tarifária a cada 5 anos e reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a RAG poderá ser ajustada pela indisponibilidade ou desempenho apurado durante o período de medição (60 meses).

Os preços de comercialização de energia elétrica da controlada Pirapora são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.902, de 20 de julho de 2021, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG O&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (e)	USO T (e)	AJI (d)	AJUSTE ANTES ENCARGOS SETORIAIS (e)	TFSEE (e)	P&D (e)	RAG
Henry Borden	142.826	177.808	12.194	32.641	4.698	2.465	3.458	1.355	3.799	381.244
Porto Góes...	4.040	4.700	289	582	-	-	150	37	98	9.896
Rasgão.....	3.454	3.440	256	481	-	-	123	29	78	7.861
	150.320	185.948	12.739	33.704	4.698	2.465	3.731	1.421	3.975	399.001

Fonte: REH 2.902/2021 Nota técnica nº 156/2021

A RAG (Receita Anual de Geração) 2021/2022 trouxe o terceiro reajuste da primeira revisão tarifária aplicada às concessionárias geradoras em regime de cotas, com a incorporação do adicional para investimentos em melhorias (GAG Melhorias) para as usinas sob gestão da Companhia. A GAG (Gestão de Ativos de Geração) melhorias incorpora na RAG recursos destinados a financiar a realização de melhorias nas usinas cotistas, com o objetivo de elevar os níveis de qualidade do serviço prestado.

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 1,43% em relação à RAG anterior.

Reconhecimento da GAG melhorias como receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

As obrigações de desempenho associadas à GAG melhorias estão relacionadas aos investimentos em melhorias da infraestrutura da concessão. A Companhia entende que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo, em razão dos investimentos em melhorias não criarem um ativo com uso alternativo para a Companhia, por serem específicos às usinas da Companhia, e ao fato de esta ter direito ao recebimento pelo investimento realizado até o momento, desde que realizados de forma prudente, uma vez

que a RAG é recebida em bases mensais independentemente do investimento realizado.

Assim, a receita relativa à GAG melhorias está sendo apropriada em bases mensais e os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos estão sendo provisionados na conta “Outras Obrigações – Investimentos na Concessão”, com base em estimativa dos investimentos necessários e prudentes elaborada pela Administração da Companhia.

a) GAG O&M

A GAG O&M é a parcela da receita que a ANEEL, disponibiliza às concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas pela gestão dos ativos de geração para remunerar os custos de operação e manutenção das usinas.

b) GAG Melhorias

A GAG melhorias é a parcela da receita que a ANEEL homologou, às concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas, para fazer frente aos investimentos para melhoria e conservação realizados e pleiteados após 31 de dezembro de 2012.

c) CAIMI

CAIMI é a parcela da receita destinada para gastos em aluguéis ou investimentos de bens de natureza não reversíveis tais como: bens administrativos, móveis, utensílios, veículos etc.

d) Aji

Ajuste de Indisponibilidade é o componente da RAG que afere a qualidade do serviço prestado, além do Fator X que também pode ser utilizado para esse propósito. Os geradores são penalizados quando os limites de indisponibilidade são ultrapassados.

e) USO D, USO T, TFSEE, P&D e AJUSTES

Correspondem aos repasses de custos com o uso do sistema de distribuição e transmissão e de encargos regulatórios.

26.4 RISCO DE REGULAÇÃO

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

26.5 RISCO DE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

O Governo Federal poderá implantar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

26.6 RISCO RELACIONADO À INTEGRIDADE DO EMPREENDIMENTO

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos (“barragens”) em regiões densamente habitadas. Eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes à sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Eventos desta natureza causarão danos às edificações existentes à jusante, com risco de morte a seus habitantes e danos incalculáveis ao meio ambiente e à economia. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, consequentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota procedimentos de segurança das barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens da EMAE foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal nº 12.334/2010, que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015 que em conexão com a referida Lei federal estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens e Revisão Periódica de Segurança.

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associada aos Programas de Manutenções Preditiva e Preventiva.

Adicionalmente, a EMAE conta em sua equipe com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnico em edificações que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, garantindo a segurança das estruturas de suas barragens.

Classes de Risco:

- A- São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial alto e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para manutenção

das condições de segurança, não significa necessariamente casos de risco imediato de ruptura.

- B- São barragens que apresentam categoria de risco ou dano potencial alto e cujas anomalias, se presentes devem ser controladas, monitoradas e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para manutenção das condições de segurança.
- C- São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias e as existentes não comprometem a segurança da barragem.

Especificamente a respeito da Controlada, Pirapora Energia S.A informamos que de acordo com o Relatório de Classificação de Barragens - Ciclo 2020 Edição Maio 2021, o risco da Barragem Pirapora passou da Classe de Risco “A” para Classe “B”. Em relação às Barragens da EMAE informamos que as mesmas encontram-se classificadas nas classes de risco “B” e “C”.

26.7 RISCO RELACIONADO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

26.8 RISCO NA GESTÃO DO SISTEMA HÍDRICO TIETÊ/PINHEIROS (CONTROLE DE CHEIAS)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, em conexão com seu Estatuto Social, Contrato de Concessão e Legislação vigentes, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

26.9 RISCO NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BALSAS - RESERVATÓRIO BILLINGS

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório Billings, opera e mantém gratuitamente, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório, transportando pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações.

26.10 RISCO DE COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL

Conforme informado na nota explicativa nº14 - **ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS**, a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMAE) e o Plano de Contribuição Definida (EMAE CD), os quais estão sujeitos a reavaliação atuarial anual.

Em função das características do PSAP/EMAE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina a regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

Para mitigar esse risco, além de outras medidas, em maio de 2018 a Companhia fechou o PSAP/EMAE para novas adesões e passou a oferecer aos novos entrantes apenas o Plano de Contribuição Definida, o EMAE CD, que possui características que mitigam o risco de cobertura de déficits atuariais. Adicionalmente, em março de 2019, propôs a substituição do indexador de reajuste dos benefícios do PSAP/EMAE de IGP-DI para IPCA. Em 7 de abril de 2021 a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar publicou no Diário Oficial da União, aprovou as alterações regulamentares no plano PSAP/EMAE possibilitando a troca de indexador do plano de IGP-DI para IPCA a partir de 01 de maio de 2021.

27 COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de concessão

A Companhia celebrou com a União, em 04 de dezembro de 2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

b) Contrato de autorização

A ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 1.429, de 24 de junho de 2008 autorizando a EMAE estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Pirapora. O prazo de vigência da autorização é de 30 anos contados da data de sua publicação.

c) Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Góes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A.	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

28 ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	Controladora			
	31.12.20	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	30.09.21
Arrendamento UTP.....	(396.101)	66.112	(89.879)	(419.868)
Ativo financeiro indenizável.....	(117.767)	(51.808)	4.271	(165.304)
Investimentos.....	(96.996)	(64.000)	(9.187)	(170.183)
Imobilizado.....	(78.683)	(1.202)	814	(79.071)
Intangível.....	(7.730)	(2.374)	508	(9.596)
	Consolidado			
	31.12.20	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	30.09.21
Arrendamento UTP.....	(396.101)	66.112	(89.879)	(419.868)
Ativo financeiro indenizável.....	(117.767)	(51.808)	4.271	(165.304)
Imobilizado.....	(227.463)	(2.790)	3.947	(226.306)
Intangível.....	(7.999)	(2.374)	567	(9.806)
Financiamento.....	66.361	(66.361)	-	-

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

Como resultado da Chamada Pública n.º 02/2020, onde a EMAE buscou oportunidades de negócios de geração de energia elétrica solar fotovoltaica flutuante, em 21 de outubro de 2021 foi concluído o processo de formação de consórcios com empresas privadas, visando possibilitar a obtenção das licenças e autorizações necessárias para a implantação de centrais geradoras fotovoltaicas flutuantes a serem instaladas no Reservatório Billings que, somadas, poderão contribuir com até 90 MWp de potência injetada na rede de distribuição de eletricidade. Além da sua participação decorrente da disponibilização do direito de uso da superfície do reservatório, a Companhia poderá aumentar sua participação até 49% dos negócios, por meio de aporte de recursos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e aos Conselheiros da

EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Alcance da revisão Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Ativo reversível da concessão

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10, de que os balanços patrimoniais individual e consolidado apresentam na rubrica de ativo reversível da concessão, no Realizável a Longo Prazo - Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 195.374 mil, referente aos investimentos a serem indenizados pelo poder Concedente (ANEEL), os quais foram mensurados pela Companhia com base no valor residual. O referido montante ainda está em processo de homologação e será definido após fiscalização e determinação do “Valor Novo de Reposição - VNR” pela ANEEL. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com

o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de outubro de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, bairro Cidade Monções, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da EMAE do período findo em 30 de setembro de 2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, relativamente às informações trimestrais da EMAE do período findo em 30 de setembro de 2021.



Av. Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, Cidade Monções
04576-010 | São Paulo-SP | Telefone: +55 (11) 2763-6502
www.emae.com.br | riemae@emae.com.br